

O CENÁRIO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL E DA PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE NO AGRESTE DE PERNAMBUCO: perspectivas e desafios frente a esta política curricular

Bruno César da Silva Alves ¹

Luiz Alves da Silva Neto ²

Thainnara Lenira da Silva ³

Maria Angélica da Silva (Orientadora) ⁴

RESUMO

Este artigo teve como objetivo compreender a profissionalização docente dentro do cenário das políticas educacionais e curriculares no âmbito Educação Integral ofertada nas escolas da região do Agreste Pernambucano. Partindo da compreensão de que o trabalho docente não se limita à sala de aula, mas envolve também aspectos estruturais, formativos e políticos, analisamos de que forma a implementação da educação integral repercute na prática profissional dos professores, principalmente no que se refere às condições de trabalho oferecidas. Para isto, dialogamos com autores como Moll (2009) e Gadotti (2009) que discutem a importância de uma abordagem integral na educação, enquanto Machado (1995) e Silva, Almeida e Marinho (2024) exploram as condições da profissionalização docente no Brasil. Este arcabouço teórico foi conjugado com a realização de entrevistas semiestruturadas com professores/as atuantes em escolas de Educação Integral na região supracitada. A análise dos dados coletados seguiu uma abordagem indutiva (Lakatos, Marconi, 2003), que nos permite derivar conclusões a partir das experiências reais relatadas pelos participantes, buscando destacar os elementos mais recorrentes e significativos nos discursos dos entrevistados. Os resultados apontaram que a implementação da Educação Integral no Agreste Pernambucano apresenta defasagens importantes, revelando limitações que vão desde a sobrecarga de trabalho docente, baixos salários, falta de estrutura adequada nas escolas, até a ausência de formação continuada específica para atuação nesse modelo de ensino. Tais fragilidades impactam diretamente na qualidade do ensino ofertado e, consequentemente, refletem no processo de ensino aprendizagem e no desenvolvimento profissional docente. Conclui-se, portanto, que embora a Educação Integral tenha o potencial de representar um novo paradigma formativo, a falta de condições adequadas de trabalho para os professores compromete seu pleno desenvolvimento.

Palavras-chave: Políticas Educacionais, Educação Integral, Profissionalização docente, Condições de trabalho.

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Física da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, bruno.csalves@ufpe.br;

² Graduando do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, luiz.aneto@ufpe.br;

³ Graduanda do Curso de Licenciatura em Física da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, thainnara.silva@ufpe.br;

⁴ Professora orientadora: Doutora em Educação, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, mariaangelica.silva@ufpe.br.



1. Introdução

A presente pesquisa intitulada: *“O cenário da Educação Integral e Profissionalização Docente no Agreste de Pernambuco: perspectivas e desafios frente a esta política curricular”* está vinculada ao Curso de Pedagogia - Licenciatura do campus Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE - CAA), na disciplina optativa *“EDUC0204 – Tópicos Especiais em Educação XIV - Políticas Curriculares, Profissionalização Docente e Pesquisa”*, ofertada a todas as licenciaturas do campus. Essa disciplina prioriza a formação de professores comprometidos com a prática pedagógica crítica e reflexiva.

O desejo por essa temática provém da investigação da política curricular voltada para a Educação Integral, na organização escolar e na formação docente, revelando desafios significativos quanto à infraestrutura inadequada, adaptação às demandas pedagógicas, gestão do tempo escolar e articulação entre os componentes curriculares.

No Agreste Pernambucano, região marcada por desigualdades socioeconômicas e educacionais, essas carências tornam-se ainda mais evidentes, exigindo reflexões sobre a prática docente e sua relação com as políticas públicas curriculares. Essa análise contribui para a formação inicial e continuada de professores, fornecendo subsídios para a compreensão das especificidades dessa política em cenários de vulnerabilidade.

O tema da Educação Integral e Profissionalização Docente está ligado à democratização do ensino, às desigualdades regionais e à valorização da carreira docente. No Brasil, esse debate ganhou força com a criação do Programa Mais Educação e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), que preveem a ampliação da jornada escolar e a integração de múltiplas dimensões do desenvolvimento humano.

O Programa Mais Educação, lançado em 2007 pelo governo federal, buscou ampliar a jornada escolar e integrar atividades complementares ao currículo regular, como esportes, cultura e lazer. Já a LDB/1996 estabelece diretrizes para a educação brasileira e inclui a ampliação da jornada escolar como um dos princípios da formação educacional.

Entretanto, a implementação dessas políticas pode enfrentar desafios, especialmente no Agreste Pernambucano, onde questões estruturais, como precarização de recursos e formação continuada de professores, influenciam diretamente os resultados. Diante deste contexto, esta pesquisa buscou responder à seguinte questão: *“Como a*



política de Educação Integral impacta a profissionalização docente no Agreste de Pernambuco, considerando as perspectivas e desafios dessa política curricular?”.

A escolha desse tema justifica-se pela relevância acadêmica de investigar políticas públicas educacionais que buscam reduzir desigualdades regionais e promover uma formação integral dos estudantes. Profissionalmente, esse estudo auxilia futuros educadores a compreenderem as demandas e impactos dessa política. Pessoalmente, a motivação surge do interesse em contribuir para a melhoria da educação em contextos regionais e analisar criticamente políticas públicas em cenários desafiadores.

Autores como Moll (2009) e Gadotti (2009) discutem a importância de uma abordagem integral na educação, enquanto Machado (1995) e Silva, Almeida e Marinho (2024) exploram as condições da profissionalização docente no Brasil. Nesse sentido, Moll (2009, p. 37) afirma:

Para implementar o projeto de Educação Integral e de tempo integral, é imprescindível a superação de grande parte dos modelos educacionais vigentes. Assim, a construção de uma proposta de Educação Integral pressupõe novos conteúdos relacionados à sustentabilidade ambiental, aos direitos humanos, ao respeito, à valorização das diferenças e à complexidade das relações entre a escola e a sociedade.

Portanto, a Educação Integral e de tempo integral exige uma reestruturação significativa das práticas pedagógicas e organizacionais vigentes, bem como reflexões sobre políticas curriculares e profissionalização docente. A proposta vai além do aumento de horas na escola, buscando repensar o papel da educação no desenvolvimento integral do indivíduo, envolvendo aspectos cognitivos, emocionais, sociais e culturais.

Frente a esse panorama, o objetivo geral da pesquisa é analisar a implementação da política de Educação Integral na profissionalização docente no Agreste de Pernambuco, considerando as condições de trabalho. Como objetivos específicos, busca-se: (I) Investigar, a partir do discurso docente, como as escolas da região do Agreste têm implementado a Educação Integral e (II) Verificar se existem desafios nas condições de trabalho docente e quais são eles.



2. Referencial Teórico

Este artigo analisa a implementação da política curricular de Educação Integral no Agreste de Pernambuco, com ênfase em seus impactos na profissionalização docente. Primeiramente discutimos um panorama desta política no agreste pernambucano, abordando aspectos presentes no currículo e objetivos do referido estado. Em seguida, questões sobre formação e profissionalização docente. Por fim, quais perspectivas e desafios permeiam essa política no agreste.

2.1. Panorama da Política Curricular de Educação Integral em Pernambuco

É fato que a política curricular de Educação Integral é dita como o principal marco da educação no estado de Pernambuco, onde em 2008 foi implementada no estado pelo governador da época, Eduardo Campos. O objetivo previsto pelas necessidades da época era eliminar deficiências educacionais e reformar o sistema educacional público do estado.

O marco primordial da educação integral no Brasil foi o movimento da Escola Nova, que defendeu a universalização da escola pública laica e gratuita. Com isso é justificado a necessidade de trazer uma contextualização, acoplada a diversificação e transdisciplinaridade para dar elementos fundamentais para o desenvolvimento da educação integral e da formação dos estudantes (Pernambuco, 2020, p. 86).

Porém, a política curricular educação integral enfrenta grandes desafios para garantir uma profissionalização dos profissionais da educação ao chegar no grande dilema: “*Educação Integral ou Educação de Tempo Integral?*”. Com isso, Araújo e Frigotto (2015, p. 64) nos trazem uma possível resposta para esse questionamento ao dizer que: “Consideramos, entretanto, que o desenvolvimento de práticas pedagógicas integradoras não depende, apenas, de soluções didáticas, elas requerem, principalmente, soluções ético-políticas.”

É evidente que a política está diretamente relacionada à educação, onde grandes empresários rotineiramente influenciam as diretrizes educacionais, muitas vezes priorizando interesses econômicos sobre os pedagógicos. Isso levanta grandes discussões sobre o papel da escola enquanto espaço de formação integral do sujeito, indo além de



preparar para o mercado de trabalho.

No contexto pernambucano, a Educação Integral busca uma abordagem que contemple o desenvolvimento pleno dos estudantes, incluindo diversos aspectos como sociais, emocionais, culturais e cognitivos. Contudo, os desafios estruturais como adequação às infraestruturas escolares, a formação continuada de professores e o financiamento adequado, permanecem como barreiras significativas para a profissionalização docente e para as políticas curriculares educacionais.

Uma das grandes críticas à implementação dessa política está na dificuldade de alinhar a prática pedagógica às necessidades e vivências dos estudantes. Já que essa política curricular é vista como apenas de tempo integral, onde os estudantes não são bem acolhidos por uma formação integral, sendo composta por padrões impostos pela legislação onde o professor é o detentor do conhecimento e não existe possibilidade de diversificação do ensino.

Apesar das diretrizes apontarem para a diversificação curricular e a promoção da transdisciplinaridade, a fragmentação entre as disciplinas e a resistência a práticas inovadoras ainda são recorrentes. Nesse sentido, a profissionalização docente emerge como elemento estratégico para o sucesso da Educação Integral.

Assim, para que a Educação Integral cumpra seu propósito de transformação social, é imprescindível enfrentar questões relacionadas à formação e valorização docente, além de superar a dicotomia entre "Educação Integral" e "Educação em Tempo Integral". Isso exige uma visão coletiva que articule escola, comunidade e políticas públicas, promovendo um modelo educacional inclusivo e acessível para todos os estudantes.

2.2. Formação e Profissionalização Docente

Essa seção tem como finalidade apresentar os abundantes desafios enfrentados pelos professores no Agreste Pernambucano, são profundas especificidades que influenciam diretamente na qualidade da educação e na profissionalização do educador. Partimos da ideia de que a base da profissão docente é a formação inicial, pois é o ponto de partida para a construção da identidade profissional do indivíduo, embora reconheçamos que outros processos abarcam a profissionalização docente, tais como a formação continuada e as condições de trabalho.



Compreender as demandas e desafios desse longo processo é fundamental para a garantia da permanência e transformação frente às exigências da sociedade que se desdobram em demandas educacionais. Embora, atualmente, haja um avanço significativo na busca da atualização do currículo docente, ainda existem inúmeras lacunas especialmente no que diz respeito a articulação entre saberes acadêmicos e as demandas reais, existentes em uma sala de aula, além de fatores socioeconômicos.

Ademais, o estágio supervisionado desempenha um papel extremamente importante nesse sistema, permitindo ainda na graduação inicial que o estudante vivencie na prática a reflexão sobre sua atuação. Entretanto, essa experiência nem sempre acontece de maneira mais adequada, visto que depende da infraestrutura das instituições e também do acompanhamento oferecido pela escola, consolidando um dos muitos percalços encontrados por iniciantes, a falta de incentivo na carreira.

A profissionalização docente não encerra com a formação inicial, muito pelo contrário é um processo contínuo, construtivo e essencial para o desenvolvimento curricular, e a ampliação dos conhecimentos específicos de cada área. Além disso, o desenvolvimento de novas competências, habilidades, fortalecem a inclusão de novas tecnologias presentes na contemporaneidade e na adequação a metodologias pedagógicas inovadoras.

Freidson, segundo Rodrigues (2002, p.51), identifica a profissão como “um princípio ocupacional de organização do trabalho” e vê a profissionalização como:

Um processo pelo qual uma ocupação — organizada formalmente ou não, através da reivindicação ou afirmação das suas competências especiais e esotéricas, da particular qualidade do seu trabalho e dos benefícios que com isso proporciona à sociedade — obtém o direito exclusivo de realizar um determinado tipo de trabalho, o controle sobre a formação e o acesso, bem como o direito de determinar e avaliar a forma como o trabalho é realizado.

Esse olhar sob a profissionalização permite uma observação sobre a organização das profissões e da importância de direitos que protejam esse determinado grupo, garantindo sua valorização social.

No agreste pernambucano, as condições de trabalho variam de acordo com o ambiente, entre campo e áreas urbanas. Enquanto escolas de cidades maiores têm mais recursos pedagógicos e infraestrutura, as muitas unidades escolares de comunidades campesinas lidam constantemente com a falta de materiais didáticos básicos, transporte



precário e infraestrutura inadequada.

A valorização da profissionalização docente também está ligada com as condições de trabalho, salários justos e o reconhecimento social, fatores estes que influenciam no desenvolvimento dos professores.

Muitos profissionais sentem desinteresse pela carreira, justamente pela imagem desgastada, a sobrecarga de trabalho, carência de investimentos e a falta de políticas públicas voltadas ao incentivo da educação e o docente a desempenhar positivamente seu papel na sociedade. A construção dessa imagem passa pela conscientização sobre a importância fundamental do professor na formação de cidadãos críticos, reflexivos, conhecedores de seus direitos e deveres.

A perspectiva que rege o futuro são mais investimentos na formação inicial e profissionalização docente, sendo de profunda importância esse esforço dos governantes e a sociedade para a transformação do cenário brasileiro atual. A ampliação das oportunidades de formação continuada, além do fortalecimento das tecnologias como aliadas no processo formativo, e também a implementação de políticas públicas que valorizem o docente.

Em síntese, a formação e a profissionalização docente são processos contínuos que demandam tempo, compromisso e investimento financeiro. O saber pedagógico e professores valorizados são um dos variados fatores que influenciam na mudança, e no alcance de uma educação de qualidade, promovendo alterações significativas na coletividade.

2.3. Perspectivas e Desafios da Política de Educação Integral no Agreste Pernambucano

A implementação da educação integral no Agreste pernambucano enfrenta desafios que vão desde questões estruturais e conceituais até a complexa realidade socioeconômica e cultural da região. O Ensino Médio Integrado (EMI), frequentemente associado a esse modelo, reflete bem as dificuldades desse processo. Estudos indicam entraves conceituais, desafios na operacionalização curricular e problemas organizacionais nos sistemas de ensino, que também se manifestam fortemente no contexto local.

Um dos principais desafios é compreender a educação integral para além da



simples ampliação do tempo na escola. Em muitas iniciativas na região, o foco acaba sendo aspectos técnicos e burocráticos, deixando de lado o seu verdadeiro potencial transformador. Como destaca Dutra (2021, p. 30), "as escolas devem ser um espaço que favoreça atividades científicas, artísticas, filosóficas, cooperativas e conjuntas, ou seja, que possam levar à construção, partilha e desenvolvimento do aprendizado sócio histórico". Em vez de ser um meio para formar cidadãos críticos e preparados para os desafios da sociedade, a educação integral, em alguns casos, tem sido reduzida a uma simples extensão da carga horária.

A precariedade da infraestrutura escolar no Agreste pernambucano é um obstáculo significativo para o ideal de educação integral. Muitas escolas não possuem laboratórios adequados, bibliotecas funcionais ou espaços de lazer suficientes para proporcionar um ambiente propício à aprendizagem. Conforme Dutra (2021), a infraestrutura escolar tem impacto direto na qualidade do ensino e no desempenho dos estudantes.

Além disso, a alimentação escolar, essencial para os estudantes que passam mais tempo na escola, nem sempre supre suas necessidades básicas. Essas dificuldades são ainda mais evidentes nas áreas mais vulneráveis, onde as desigualdades sociais impactam diretamente a vida escolar.

Os professores são atores importantes na implementação da educação integral, embora ressaltemos que eles não sejam os únicos, estes profissionais precisam de formação adequada para desempenhar esse papel. A prática docente exige não só conhecimento técnico, mas também a capacidade de articular saberes locais e globais de forma significativa. Dutra (2021) enfatiza que a formação continuada dos docentes deve ser uma prioridade para garantir uma prática pedagógica que dialogue com a realidade dos estudantes. No entanto, os programas de formação continuada ainda são insuficientes, e a valorização profissional continua sendo um problema não resolvido. Essa combinação de fatores limita a atuação dos professores como agentes de transformação dentro e fora da sala de aula.

O Agreste pernambucano é rico em tradições culturais, mas essa riqueza nem sempre é integrada ao cotidiano escolar. Muitas vezes, há um descompasso entre os valores da comunidade e as propostas pedagógicas, gerando tensões que dificultam a implementação de práticas educativas mais inclusivas e contextualizadas. Dutra (2021) aponta que a participação da comunidade escolar na construção curricular é essencial para



fortalecer a identidade cultural dos estudantes e promover uma educação mais significativa.

Apesar dos desafios, a educação integral tem grande potencial para mudar a realidade dos estudantes. Para isso, é fundamental enxergá-la como um projeto comprometido com a formação humana em sua totalidade. A articulação entre os conteúdos escolares e a realidade social deve ser a base do modelo, garantindo que a escola vá além da preparação para o mercado de trabalho e se torne um espaço de desenvolvimento crítico e emancipatório.

A interdisciplinaridade e a contextualização, pilares dessa proposta, são ferramentas essenciais para superar a fragmentação do conhecimento e oferecer aos estudantes uma visão ampla e integrada do mundo. De acordo com Dutra (2021), a inter-relação entre os componentes curriculares possibilita um aprendizado mais significativo, favorecendo a formação de sujeitos críticos e participativos. Para concretizar essa ideia, é indispensável investir na formação docente, garantir infraestrutura adequada e promover um diálogo contínuo entre todos os envolvidos no processo educacional.

A profissionalização docente desempenha um papel central na construção de uma educação de qualidade alinhada às necessidades contemporâneas. No entanto, vai além da mera adequação às demandas políticas e econômicas: deve proporcionar aos professores autonomia intelectual e pensamento crítico. Dutra (2021) ressalta que a valorização profissional deve estar acompanhada de condições estruturais e pedagógicas que possibilitem uma atuação efetiva dos docentes.

No cenário brasileiro atual, marcado por reformas curriculares, um dos grandes desafios é equilibrar a preparação técnica com a preservação da essência pedagógica, baseada na reflexão crítica e no compromisso social. Assim, fortalecer a formação inicial e continuada e melhorar as condições de trabalho são passos fundamentais para resgatar a dignidade e a relevância da profissão.

Além disso, a profissionalização docente deve ser vista como um processo que não apenas responde às demandas do mercado, mas está comprometido com a formação sólida e fundamentada dos professores capazes de questionar e transformar a realidade em que atuam. Para isso, é essencial uma formação que integre experiência prática e diálogo com as principais diretrizes educacionais.

Essa abordagem fortalece uma prática reflexiva que não só contribui para o



desenvolvimento dos estudantes, mas também para a construção de um sistema educacional mais inclusivo e equitativo, reafirmando o papel dos professores como agentes fundamentais na transformação da sociedade.

3. Metodologia

Nossa pesquisa adotou o método indutivo, conforme descrito por Lakatos e Marconi (2003), que nos permite derivar conclusões a partir das experiências reais relatadas pelos participantes. A escolha desse método reflete nosso compromisso em compreender a política de Educação Integral a partir das perspectivas diretas dos professores e gestores escolares no Agreste Pernambucano.

Conduzimos entrevistas semiestruturadas (ver apêndice para o roteiro da entrevista) em escolas de ensino médio selecionadas para refletir a diversidade regional e a implementação do programa de Educação Integral. As entrevistas objetivaram captar percepções sobre os desafios cotidianos, a formação continuada e as adaptações necessárias para operar dentro do modelo de jornada ampliada.

Abaixo, apresentamos um quadro do perfil socioprofissional dos entrevistados, contendo informações sobre sexo, identidade, formação acadêmica, tempo de experiência e vínculo de trabalho, que ajudam a contextualizar os dados coletados:

Quadro 1: Perfil socioprofissional dos entrevistados

Entrevistado	Sexo	Identidade	Formação	Tempo de Experiência	Vínculo de Trabalho
Mariana	F	Mulher Cisgênero	Letras	17 anos	Concursado
Maria	F	Mulher Cisgênero	História	16 anos	Concursado
Antônio	M	Homem Cisgênero	Letras	14 anos	Concursado
Luísa	F	Mulher Cisgênero	Letras	4 meses	Concursado
Marília	F	Mulher Cisgênero	Letras	20 anos	Concursado

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

Além disso, caracterizamos as instituições e os municípios envolvidos na pesquisa, detalhando aspectos relevantes como a localização das escolas, o porte das instituições e a implementação local do programa de Educação Integral. Tais dados apresentamos a seguir no próximo quadro:



Quadro 2: Perfil das escolas e municípios

Escola	Município	Localização	Porte	Modalidade de Ensino
Escola A	Caruaru	Zona Urbana Periférica	664 alunos	Semi-integral
Escola B	São Joaquim do Monte	Zona Urbana	723 alunos	Semi-integral
Escola C	Cachoeirinha	Zona Urbana	449 alunos	Tempo Integral

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

Utilizando o método indutivo, analisaremos as respostas coletadas para identificar padrões e compreender as particularidades locais. Conforme enfatizam Lakatos e Marconi (2003), é por meio desses relatos concretos que poderemos formular reflexões abrangentes sobre os impactos dessa política na profissionalização docente, sempre considerando a singularidade de cada contexto educacional.

4. Análise e discussão dos resultados

A análise da política de Educação Integral no Agreste Pernambucano, a partir das entrevistas realizadas, revela um grande abismo entre o que se propõe no papel e o que realmente acontece dentro das escolas. Nos baseamos em Araújo e Frigotto (2015, p. 66), que alertam que simplesmente estender a jornada escolar não é suficiente.

O ensino integrado é um projeto pedagógico que só pode cumprir com sua finalidade de formar na perspectiva da totalidade se assumir a liberdade como utopia e mantiver íntima vinculação com o projeto político de construção de uma sociabilidade para além do capital.

A verdadeira Educação Integral exige transformação estrutural, valorização dos professores e um olhar mais humano para as necessidades dos estudantes.

As professoras entrevistadas trazem relatos contundentes sobre essa realidade. "Temos uma demanda de jovens que trabalham e precisam conciliar trabalho e estudo, mas não se pensou nessa necessidade. Pelo menos uma dessas escolas poderia oferecer ensino regular", afirma a professora Mariana. Em muitos casos, os alunos não escolhem estar no ensino integral — simplesmente não há outra opção. Esse cenário reforça o que Araújo e Frigotto (2015) discutem: um modelo de ensino que não considera a realidade dos estudantes corre o risco de afastá-los em vez de incluí-los.

Outro ponto que chama atenção é a infraestrutura. "A única mudança foi uma pintura", relata a professora Mariana, evidenciando a falta de adaptação das escolas para



receber alunos em tempo integral. Maria destaca que "muitas escolas simplesmente não foram adaptadas. Elas só passaram a se chamar escolas integrais. Mas, em termos de estrutura, muitas continuam as mesmas. Falta refeitório adequado, espaço para descanso, laboratório e tecnologia suficiente".

O Ministério da Educação (2009) aponta que a Educação Integral deveria garantir espaços diversificados para aprendizagem, mas, na prática, os estudantes continuam presos à mesma rotina tradicional, sem atividades culturais ou esportivas que realmente enriqueçam sua formação. O Currículo de Pernambuco (2020) defende uma abordagem mais integrada do ensino médio, mas, como podemos perceber, esse ideal ainda está longe da realidade em muitas escolas.

Os dados revelam que as escolas que adotam o modelo de educação integral ainda esbarram em dificuldades estruturais. "Muitas escolas não garantem ao aluno o conforto necessário para que ele se sinta de fato em um ambiente tranquilo e que possa desenvolver-se como um todo.", relatou a professora Luísa, que recentemente ingressou na rede estadual de ensino.

Outro ponto tocante, é a fala da professora Marília, ao relatar que os professores da escola, apesar das dificuldades do novo ensino médio, os professores da escola continuaram a ensinar todos os conteúdos com foco no ENEM. Isso evidencia que, mesmo diante de desafios como o tempo reduzido para algumas disciplinas e a implementação de itinerários formativos, os docentes aproveitam essas oportunidades para lecionar suas matérias principais.

Conforme Bezerra (2022) aponta, a reforma do Ensino Médio foi implementada com um discurso de flexibilização curricular, mas sem considerar as reais condições das escolas. A fala da professora Luísa reforça essa contradição ao destacar que a falta de infraestrutura compromete o conforto e o aprendizado dos alunos, evidenciando os limites dessa política.

No agreste pernambucano, a profissionalização docente torna-se um eixo central para garantir melhor qualidade da educação, pois requer atualização frequente do currículo, formação contínua e valorização profissional dos educadores. Entretanto, o processo enfrenta desafios significativos, como a defasagem na formação inicial e continuada, onde vários profissionais ingressam na educação integral sem preparo específico para metodologias interdisciplinares. "A falta de capacitações específicas em



algumas situações, o fato de às vezes lecionar áreas para as quais não tiveram formação", afirma o professor Antônio, servidor público da rede estadual de ensino.

Além de baixos salários e infraestrutura inadequados, enfrentar esses desafios exige investimento e políticas públicas voltadas para a melhoria da capacitação contínua dos professores, garantindo acesso a especializações e atualizações do currículo profissional.

Os desafios para os professores são enormes. "Além de ofertar as formações que já eram oferecidas para o ensino regular, não houve uma valorização real. Existe a gratificação financeira, mas, se pensarmos no dia a dia, na questão de infraestrutura, para que o professor possa passar o dia na escola de forma confortável, isso não aconteceu", desabafa a professora Mariana. A falta de suporte adequado compromete a qualidade do ensino e evidencia, como destacam Silva, Almeida e Marinho (2024), um processo de profissionalização docente enfraquecido, no qual o professor se vê sobrecarregado e sem os recursos necessários para atuar de maneira eficaz.

Os professores estão se acostumando, até porque têm que trabalhar. Mas o que acontece? O professor é contratado para dar aula, mas, na escola integral, além das disciplinas regulares, ele também precisa orientar os alunos no projeto de vida, ser mediador em atividades extracurriculares e assumir um papel que vai além do ensino tradicional. O problema é que, muitas vezes, não há tempo nem formação suficiente para desempenhar essas funções de maneira eficaz (Professora Maria, entrevista, 2025)

Segundo Bezerra (2022), a fala da professora evidencia que a profissionalização docente não é suficiente para atender às novas exigências do ensino integral, pois a ampliação das funções dos professores não foi acompanhada por formação adequada. Como consequência, muitos enfrentam sobrecarga de trabalho e dificuldades para desempenhar suas novas atribuições. Além disso, a precarização das condições laborais, como vínculos contratuais instáveis e infraestrutura insuficiente, compromete ainda mais a efetividade desse modelo, demonstrando a necessidade de maior suporte pedagógico e valorização profissional.

Para os alunos, os efeitos da Educação Integral são contraditórios. Há os que se adaptam e aproveitam melhor o tempo de aula, mas muitos não veem sentido na rotina estendida. "Os alunos passam o dia na escola sem algo além das aulas convencionais. A falta de atividades diversificadas torna o modelo pouco atrativo", afirma a professora



Maria. Como alertam Araújo e Frigotto (2015), apenas aumentar o tempo na escola não garante aprendizado significativo. Sem experiências enriquecedoras, a Educação Integral pode se tornar apenas um prolongamento do ensino tradicional, sem impacto real na vida dos estudantes.

Diante desse panorama, é urgente repensar a implementação da Educação Integral no Agreste Pernambucano. A infraestrutura das escolas deve ser condizente com a proposta, os professores devidamente valorizados e o currículo deve dialogar com a realidade dos alunos.

5. Considerações Finais

Tecemos essas conclusões baseadas na educação integral e sua implementação no Agreste Pernambucano que ainda enfrenta muitos desafios, principalmente no que diz respeito à formação e valorização docente. Na construção dessa pesquisa, buscamos analisar o cenário atual educacional, o cotidiano e discursos reflexivos de profissionais que atuam na área da educação, além das políticas de formação de professores e o compromisso contínuo da capacitação, também a adequação nas escolas.

O enfrentamento desses desafios significativos, influenciam no ensino-aprendizagem de cada educando, a falta de infraestrutura adequadas e o pouco apoio governamental, dificultam diretamente a efetivação das diretrizes que norteiam a educação brasileira, além da sobrecarga de trabalho relatada pelos profissionais e a adoção de metodologias, comprometendo a qualidade do ensino.

Ao mapear as respostas hegemônicas que influenciam na construção da formação da pesquisa, observamos que a desvalorização docente desmotiva e destaca a carreira do profissional, a formação contínua e o reconhecimento social são fundamentais para um sistema que incentiva o desenvolvimento de forma complexa, em diversas dimensões. De tal forma o Art. 5º da constituição diz que:

A formação de professores para a educação do campo observará os princípios e objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, conforme disposto no Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, e será orientada, no que couber, pelas diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

A educação tem como princípio a valorização do conhecimento nesse contexto, a



formação de professores deve articular variadas práticas, além disso é essencial o acesso a essa formação continuada para contemplação do incentivo a uma educação crítica, emancipadora e comprometida com a formação integral do indivíduo.

Gadotti (2009, p. 114) fala: “educação integral não é apenas mais uma opção pela qualidade da educação, um projeto entre outros projetos. É um dever do Estado e um direito do cidadão e da cidadã.” Essa afirmação evidencia que a educação integral vai além de uma escolha política ou de uma inovação entre tantas outras. Ela se constitui como um direito essencial, diretamente ligado à promoção do desenvolvimento humano em todas as suas dimensões. Nessa perspectiva, oferecer educação integral não é uma opção, mas um compromisso que o Estado deve assumir por meio de políticas públicas consistentes e contínuas.

No transcorrer dessa apuração, construímos variadas questões e chegamos a algumas considerações referentes ao tema abordado, tecidas anteriormente. Foram construídas muitas questões que podem colaborar com a temática da educação integral e formação continuada de educadores, considerando especificidades direcionadas ao campo educacional, discorrendo sobre as práticas curriculares como forma de recriação, reflexão, comprometimento e discussão.

6. Referências Bibliográficas

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Educação em questão**, Natal, v. 52, n. 38, p. 61-80, 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Texto Referência para o debate nacional. Série Mais Educação - Educação Integral. Brasília: SECAD/MED, 2009.

BEZERRA, Almir Antônio. **POLÍTICAS DE REFORMULAÇÕES CURRICULARES PARA/NO ENSINO MÉDIO: configurações e sentidos de itinerários formativos a partir da Lei 13.415/2017 em escolas em tempo integral no Agreste Pernambucano**. 2022. 171 p. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea) – Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2022.

DUTRA, Paulo Fernando de Vasconcelos. **Marcos históricos da educação integral no brasil analisados a partir da experiência de Pernambuco 2024-2021**. 2021. 298 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

GADOTTI, Moacir. **Educação Integral no Brasil: inovações em processo**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. (Educação Cidadã 4)



MARKONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003, 310 p.

PERNAMBUCO, Governo do Estado de. Secretária de Educação e Esportes. Currículo de Pernambuco Ensino Médio. Recife-PE, 2020

RODRIGUES, J. C. Profissionalismo e Identidade: A Construção do Trabalho Social. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Maria Angélica da; ALMEIDA, Lucinalva Andrade Ataíde de; Marinho, Paulo. (2024). Profissionalização docente e projetos em disputa na formação inicial de professores no Brasil: Na complexa teia da globalização e do neoliberalismo. *Educação, Sociedade & Culturas*, v. 67, p. 1–18. <https://doi.org/10.24840/esc.vi67.782>

SILVA, Vanessa Azevedo Cabral da. **POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PRÁTICAS CURRICULARES: articulações discursivas em escolas no campo da Mata Sul Pernambuco**. 2021. 174 p. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea) – Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DA ENTREVISTA

1. Como você avalia a implementação da educação integral nas escolas do Agreste pernambucano?
2. Quais são os principais resultados observados nos alunos com a adoção da educação integral?
3. De que forma a política de educação integral atende às especificidades culturais e socioeconômicas da região?
4. Quais são os principais desafios enfrentados pelas escolas ao implementar a educação integral?
5. Em sua opinião, como a Educação Integral impacta a formação dos estudantes?
6. Quais mudanças na infraestrutura escolar foram necessárias para implementar a educação integral?
7. Quais são os principais desafios enfrentados pelos professores na transição para um modelo de educação integral?
8. Qual é a sua opinião sobre a valorização da carreira docente dentro do contexto da



educação integral?

9. Quais estratégias têm se mostrado mais eficazes na execução do currículo da educação integral na sua escola ou região?

10. Em sua experiência, quais são os aspectos positivos e negativos da implementação das políticas de educação integral?

11. Que mudanças você gostaria de ver nas políticas de educação integral para melhor apoiar o trabalho dos professores?

12. O que você recomendaria para melhorar a política de educação integral no Agreste pernambucano?

